

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENDA, Julien. **Kant**. São Paulo: Martins, s/d. 141 p. (Biblioteca do pensamento vivo)

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 270 p.

PASCAL, Georges. **O pensamento de Kant**. Petrópolis: Vozes, 1977. 195 p.

REALE, Giovanni. **História da filosofia**: do humanismo a Kant. São Paulo: Paulus, 1990. 956 p.

WALKER, Ralph. **Kant e a lei moral**. São Paulo: UNESP, 1999. 56 p.



afirma que a lei moral só pode ser "formal" e não "material". Podemos usar todos os meios universalmente benéficos para alcançarmos o nosso objetivo, no caso, a verdade, a justiça, o respeito.

A moral já está no nosso inteligível. E o conceito de dever também não é empírico, é uma ordem da razão.

O grande homem é aquele que tem razão e a usa em favor de si e do outro. E o homem que sabe desdobrar em favor do outro.

Há muitos indivíduos que perdem a sua razão, a sua autonomia, a sua boa vontade, tratando o outro com bajulações, agindo assim, sem discernimento, ele está agindo contra a lei universal que todos os homens não devem ser tratados como coisa.

A liberdade deve sempre ser usada, mas com boa vontade e com moral para não prejudicar o outro. A boa vontade não é boa pelo que ela realiza, mas o fim que queremos chegar. Podemos dizer, segundo Kant, que fins são objetivos, coisas que pretendemos realizar.

Dentro da moralidade kantiana distingue o imperativo categórico do imperativo hipotético: Imperativo Categórico, faz sentir bem, faz o que quer, cria circunstância; Imperativo Hipotético cumpre as leis.

CONCLUSÃO

Durante sua vida, o homem sofre influências dos agentes externos de natureza física e social. Das influências que são recebidas do mundo exterior, a mais significativa é de natureza social.

Segundo Kant, existe uma lei moral objetiva, que nós a conhecemos pela nossa razão e que é adquirida a priori, que Kant entende "independente das experiências".

O ser humano adquire experiências ao longo de sua vida. Muitas vezes nós perdemos em conceitos. Devemos saber diferenciar alguns conceitos importantes: Ética, quando agimos de acordo com a coletividade; Moral, nós representamos; Amoral, é o que vai contra aquilo que as pessoas pregam e Imoral é ser inobediente.

Há vários sentimentos que são natos e inatos na vida cotidiana do ser humano, mas o único sentimento que tem por si mesmo o valor moral nessa ética racionalista é o sentimento do respeito, pois é a própria lei moral. O homem, ser racional, é responsável por todos os atos que pratica, tem sua razão como juiz.

A Lei Moral exige o respeito pela pessoa humana. Segundo Kant, agir moralmente é respeitar e valorizar o outro.

Vontade é a faculdade de realizar o que se julga conveniente, mas a Boa Vontade não é boa por aquilo que realiza, mas tão somente pelo querer, isto é, por si mesma. Boa Vontade, segundo Kant, é a única característica que é boa, sem limitação.

O ser humano, quando age com boa vontade, está agindo de acordo com sua razão, não aceitando imposições, ele tem a liberdade porque esta pertence à razão.

A obediência à lei moral, não tem como ser determinada se não for segundo a nossa vontade. A boa vontade está ligada ao dever, mas nem sempre agimos com esse dever, agimos conforme a nossa necessidade. O dever é a necessidade de cumprir uma ação por respeito à lei.

As leis foram criadas para que o homem respeitasse o outro. Não é lícito sair de uma dificuldade com promessas mentirosas. É por isso que Kant

Quando agimos por dever, a nossa máxima muda totalmente, pois agimos com boa vontade. A vontade é racional, é uma lei para si mesma. Quando agimos com boa vontade estamos agindo com razão.

Se a vontade busca a lei que quer determiná-la em qualquer outra parte além da aptidão de suas máximas para sua própria legislação universal e, portanto, se ela vai além de si mesma e busca a lei na propriedade de algum de seus objetos, daí sempre resulta heteronomia. Pois a própria vontade não dá a si mesma a lei; ao invés disso, os objetos dão a lei para a vontade, por meio de sua relação com ela. Tal relação, depende ela da inclinação ou de representações da razão, torna possível apenas imperativos hipotéticos (WALKER, 1999, p. 41).

A vontade é um tipo de causalidade que tem os seres vivos, na medida em que são racionais, e a liberdade seria aquela propriedade dessa causalidade que permite que ela seja eficiente independentemente de causas externas determinantes. Necessidade natural é a propriedade da causalidade de todas as criaturas privadas de razão, pela qual elas são determinadas à atividade por meio da influência de causas externas (WALKER, 1999, p. 45).

suplanta, ou pelo menos a exclui inteiramente do cálculo envolvido no fazer uma escolha; em outras palavras, a lei em seu direito próprio. Deve, pois, uma ação praticada por dever afastar inteiramente a influência da inclinação e com ela todo objeto da vontade, então nada permanece que pudesse determinar a vontade, exceto objetivamente a lei e subjetivamente o puro respeito por essa lei prática e, portanto, a máxima de obedecer a tal lei, ainda mesmo às expensas de todas as minhas inclinações (WALKER, 1999, p. 23).

O respeito é um sentimento particular e individual que podemos considerar como nossa consciência racional da lei moral.

Para Kant, nós devemos ter interesse, pois o interesse nos motiva a uma ação, não tem como fazermos algo sem interesse e este ajuda a agirmos com boa vontade.

"Interesse é aquilo que a razão se torna prática, isto é, aquilo pelo que ela se torna uma causa determinando a vontade" (WALKER, 1999, p.23).

Muitos seres humanos sabem o que fazer, mas por pensar que é insignificante, deixam de fazer. Mas isto é irracional da parte de qualquer ser humano. Agindo assim, ele não está agindo com boa vontade.

Para Kant, para obtermos conhecimento a partir da experiência, precisamos primeiro aprender a interpretar a experiência, mas para podermos interpretá-la, só podemos interpretar a experiência se tivermos princípios para interpretá-la, princípios que a própria experiência não pode fornecer.

A vontade deve obedecer à lei universal em razão dela mesma. Agir por dever é agir pela consciência. É agir como exige a razão pura prática, agir por dever é agir de acordo com a lei moral. Consciência é a nossa razão, a nossa boa vontade fazendo com que ajamos de acordo com a lei moral.

A lei deve ser universal e ela está ligada ao querer. Pois todos são iguais e devem, portanto, todos agir segundo ela. Se a ação é correta para mim, ela é correta para todos. E se ela não for justa para mim, ela é errada não só para mim, mas para todos. Esta é a lei universal que se dirige a todos.

□

Por imperativos categóricos certas ações são permitidas, ou proibidas, isto é, moralmente possíveis ou impossíveis, enquanto outras delas, ou seu oposto, são moralmente necessárias, isto é, obrigatórias (WALKER, 1999, P. 23).

ajudam a entender outras pessoas e nos dão apoio para decidir em casos difíceis.

Conquanto não seja em si mesmo um dever partilhar as alegrias e os sofrimentos de outrem, uma ativa compaixão pelo destino deles é um dever. É pelo menos um dever indireto, pelo propósito de cultivar sentimento (estéticos) natural solidários em nós mesmo, usando-os como outros tantos meios para uma simpatia baseada em princípios morais e no sentimento apropriado a eles (WALKER, 1999, p. 22).

Não é correto deixar que os sentimentos nos arrastem, nos comovam. Precisamos sempre estar atento ao senso de dever.

Uma ação por dever tem seu valor moral não no propósito que deve ser alcançado por meio dela, porém na máxima em conformidade com a qual ela foi decidida. Ela depende, portanto, não da realização do objeto da ação, mas somente do princípio da volição, em conformidade com o qual a ação foi empreendida, sem consideração de quaisquer objetos da faculdade de desejar (WALKER, 1999, p. 22).

O que confere o valor moral a uma ação é a máxima pela qual o agente age: *"Devo fazer aquilo que a lei exige, o que nessa situação é xyz"* (WALKER, 1999, p. 22). Devemos sempre agir com o maior sentimento quando nos referimos ao outro o respeito que é a dignidade que é tratado o outro é a lei moral maior.

"Dever é a necessidade de agir por respeito à lei" (WALKER, 1999, p. 22). Agir por dever é agir automaticamente, sem vontade livre; justamente o contrário.

"Respeito" (Achtung – por vezes traduzida como "reverência") é a palavra de Kant para o motivo moral. Respeito difere de nossas inclinações não-morais por um objeto como efeito de minha pretendida ação posso ter, de fato, uma inclinação, porém jamais respeito, justamente porque ele é meramente um efeito e não a atividade de uma vontade. Similarmente, não posso ter respeito por uma inclinação como tal, seja ela minha ou de outrem; no primeiro caso, posso, no máximo, aprová-la, no segundo caso, posso, por vezes, até mesmo amá-la, isto é, considerá-la favorável a meu próprio proveito. A única coisa que pode ser objeto de respeito e, por conseguinte, um mandamento, é algo que está vinculado à minha vontade simplesmente como um fundamento, jamais como efeito: alguma coisa que não se presta à minha inclinação, mas a

conformidade, e também agir por dever. Quando agimos por dever, merecemos méritos. Quando agimos por conformidade não que elas sejam incorretas só que elas necessitam de valor moral, quando a praticamos não merecemos mérito nenhum.

... elas não refletem qualquer mérito no agente. Elas são "lícitas", embora não "virtuosas". (...) Ademais, Kant não está negando que aquele que se compraz em agir benevolentemente possa fazê-lo dessa maneira por senso de dever. A pessoa cuja ação carece de valor moral é motivada unicamente por inclinação, e não por dever. Ela é afortunada por possuir inclinações socialmente desejáveis, mas está agindo por inclinação, tanto quanto alguém que explora outrem em proveito próprio (WALKER, 1999, p. 20).

Existem pessoas que espalham felicidade por dever, de acordo com a lei universal elas agem moralmente. Mas a pessoa virtuosa deveria ser aquela que há uma "*disposição firmemente fundada de cumprir estritamente seu dever*" (WALKER, 1999, p. 21).

Pode-se pensar que a pessoa obediente para Kant seja repulsivamente austera, comprazendo-se sempre no dever, jamais movido pelo sentimento do amor ou compaixão ou por qualquer outro sentimento humano. Isto é errado. A lei moral motiva uma ação direta, mas pode atuar como um motivo de segunda ordem dizendo para decidir, dizendo qual das emoções colocar em ação. Todos são livres não mecânicos conduzidos por paixões, porém precisa decidir qual pôr em atuação, a lei moral fornece o modo a decidir.

Liberdade da vontade é de uma constituição tão especial que ela não pode ser determinada a uma ação por nenhum motivo, a não ser que o agente o tenha admitido em sua máxima (tornando-a para si regra universal, de acordo com a qual ele quer se comportar); somente dessa maneira pode um motivo, qualquer que ele seja, coexistir com a absoluta espontaneidade da vontade (isto é, da liberdade) (WALKER, 1999, p. 21).

O sentimento, como a compaixão, é um dever, só que a compaixão tem um sentido ambíguo. E ela nos diz a faz o que é justo. E são proveitosos a boa vontade e podem tornar uma obra mais fácil. Os sentimentos nos

O dever de buscar minha própria perfeição é o dever de desenvolver minhas capacidades, particularmente as capacidades moral e intelectual, mas também capacidades físicas, visto que sem elas eu não posso agir efetivamente. O dever de procurar a felicidade dos outros, é o dever de promover os objetivos deles; a satisfação dos desejos deles e de seus projetos individuais (WALKER, 1999, p. 12).

Toda ação é correta se permite a liberdade de escolha, mas que deve ser conforme a lei universal.

Portanto, se minha ação, ou em geral minha situação, pode coexistir com a liberdade de cada um em conformidade com uma lei universal, quem quer que me oponha resistência a respeito disso procede errado para comigo, pois esse obstáculo (a resistência) não pode coexistir com a liberdade em conformidade com leis universais (WALKER, 1999, p. 13).

Mas existe também ação que é denominada moralmente indiferente.

Uma ação que não é nem exigida, nem proibida, é meramente permitida, porque em relação a ela não há lei para limitar a liberdade (isto é, para limitar o que está sendo autorizado a alguém) e, por conseguinte, também nenhum dever. Tal ação é denominada moralmente indiferente (WALKER, 1999, P. 12).

Para Kant, as pessoas têm um conhecimento vulgar do que seja moralidade. As pessoas precisam aprender a diferenciar entre o pensamento vulgar da verdadeira moralidade.

As exigências morais são logicamente razões para a ação são consideradas imperativos categóricos.

Muitas vezes as pessoas podem agir pela razão, depende de cada pessoa querer agir ou não, pois a moral é uma lei, mas não um conjunto de normas. A moral conduz o ser humano a uma razão para agir, por isso ela é considerada uma fonte de valor.

“A única coisa que pode dar valor moral a uma ação é se ela se realiza por um senso de dever” (WALKER, 1999, p. 19).

Para que o ser humano pratique ações morais tem que ser ações feitas por dever. É dever de todo homem ajudar o outro. Podemos agir com

III PARTE – DEVER

A moralidade não depende de nossos desejos. Ela apenas nos diz o que devemos fazer. Dentro da moralidade kantiana, há a distinção entre o imperativo categórico e o imperativo hipotético.

Quando agimos através do imperativo categórico é o que nos faz sentir bem, faço o que quero, eu crio a circunstância, mas é através do imperativo que eu tenho certeza não deixa dúvida nos meus procedimentos.

O imperativo categórico seria então aquele que representa uma ação objetivamente necessária por si mesma, sem relação com um outro fim.

Quando agimos com o imperativo hipotético é quando cumprimos a lei. Quando vou atravessar o semáforo devemos parar e esperar o sinal verde ou vermelho de acordo com sua posição: pedestre ou condutor.

Podemos então dizer que o imperativo hipotético representa a necessidade prática de conseguir uma ação possível como meio para algo diverso que se quer.

Para Kant (apud WALKER, 1999, p. 10), os imperativos não indicam expressamente ordens, mas sim ordens da razão. Há diferença entre o imperativo categórico e imperativo hipotético porque usamos a expressão “se”. Kant afirma que agir moralmente é agir de acordo com a máxima que temos que tratar os seres racionais como “fim em si mesmos”.

Ora afirmo que o homem, e em geral todo ser racional, existe como fim em si mesmo, não meramente como um meio para ser usado como aprouver por esta ou aquela vontade. Tal ser, em todas as suas ações, sejam elas dirigidas a si mesmo ou também a outros seres racionais, tem sempre de ser considerado ao mesmo tempo como um fim (WALKER, 1999, p. 11).

Podemos dizer segundo Kant que fins são objetivos, coisas que pretendemos realizar. Kant, na “Metafísica dos costumes”, explica que há certos fins que também são deveres.

Podemos expressar que qualquer desejo de maneira espontânea, não é dever. Dever é uma necessitação involuntária para um fim involuntariamente adotado.

Para Kant, muitas vezes estamos imersos de boa vontade mas não temos coragem de agir.

Pois agir por consciência – agir por um senso de dever – é agir como exige a razão pura prática, em outras palavras, obedecer à lei moral. “Consciência é a razão prática mantendo diante de uma pessoa o seu dever, para sua absolvição ou condenação, em todo caso que se apresenta sob uma lei” (MC 400). O inquisidor não ouve a voz da razão prática. Ele confundiu seus próprios sentimentos com a exigência racional da moralidade. Isso é fácil de fazer, como Kant o diz ao final do primeiro capítulo da Fundamentação. Isso é, porém, uma fundamental fraqueza moral que só pode ser curada por reflexão e ouvindo a voz da razão (Walker, 1999, p. 30).

Tudo quanto se apresenta como objeto da vontade, que é anterior à lei moral é uma lei moral. Pois ambas são incondicionalmente boas, pois tudo que é bom em si mesmo em absoluto é a base das máximas de uma vontade pura. Quando a vontade age podemos considerá-la como amor a si ou presunção.

Muitas vezes agimos pela nossa consciência, mas a nossa consciência está submissa à vontade, embora a razão esteja em nossa consciência precisamos ter respeito para agirmos de acordo com a lei moral.

A noção de dever está ligada à lei, e se nos familiarizarmos com esse dever, estamos agindo de acordo com o respeito, que é a máxima da lei. Que é o único que determina a vontade.

Para todos os seres racionais, a moral é uma obrigação, pois em toda regra moral há um dever a ser cumprido, que muitas vezes não é agradável, que nos satisfaz, mas que deve ser cumprido mesmo que venhamos a transgredir a nossa vontade; pois vivemos num mundo cheio de normas e que muitas vezes agimos em conformidade com elas. E quando agimos com conformidade esquecemos a nossa razão. Mas de acordo com o respeito que rege todos os seres, agimos por dever, pois cada um tem normas a serem cumpridas alheias à nossa vontade.

A lei moral é, com efeito para a vontade de um ser perfeito, uma lei de santidade, mas, para a vontade de cada ser racional finito, é uma lei de dever, de limitação moral, e da determinação das ações, dessa vontade pelo respeito a esta lei e reverência por dever (BENDA, s/d, p. 116).

Como seres racionais que somos é muito bom e faz bem aos homens que tenhamos simpatia e boa vontade, mesmo que seja em relação à ordem; isso tudo nos leva à máxima moral de nossa conduta. Devemos viver sob a disciplina da razão e nunca devemos esquecer que estamos subjugados a ela.

Dever e obrigação são os únicos nomes que devemos conhecer em relação com a lei moral.

A boa vontade não é boa pelo que ela realiza, mas o fim que queremos chegar, é por meio do querer que ela é boa.

a mandar mensagens negativas, e com isso nós ficamos preocupados e muitas vezes esquecemos do mundo.

Mas quando o ser humano age com boa vontade ele jamais violará essa lei, pois a boa vontade o faz agir dignamente usando a sua razão. Quando o ser humano age com boa vontade, ele age consciente com sua razão, não deseja aprovação dos outros que estão em contato, não deseja que o seu reconhecimento do seu valor que ocupa no espaço, não quer sentir-se importante no mundo, não deseja ouvir lisonjas a seu respeito. Pois quando agimos com a razão, basta a si mesmo o seu pensamento, o seu bem-estar. O estar bem consigo mesmo. Então podemos perceber que a boa vontade está inserida em nosso meio, mas são poucas pessoas que sabem reconhecer o seu valor.

O caminho mais curto para chegarmos à nossa razão é agirmos com razão.

É mais valioso agirmos com nossa própria vontade agindo com nossas próprias idéias (razão).

O essencial no valor moral das ações é que a lei moral determine diretamente a vontade. Se a determinação da vontade se dá de fato de conformidade com a lei moral, mas apenas através de um sentimento, não importa de que espécie, que tenha de ser pressuposto a fim de que a lei seja suficiente para determinar a vontade, e, portanto, não por causa da lei. (...) Já que, com o propósito de dar à lei moral influência sobre a vontade, não devemos procurar outros motivos que nos possam fazer dispensar o motivo da lei propriamente dita, porque isso produziria mera hipocrisia, sem consistência, e se é até perigoso permitir que os outros motivos (os do interesse, por exemplo) cooperem com a lei moral, nada mais nos resta senão determinar cuidadosamente a maneira pela qual a lei moral se torna um motivo e quais os seus efeitos sobre a faculdade do desejo. Porque, quanto à questão de saber como pode uma lei ser por si mesma e imediatamente um princípio de determinação da vontade (o que é a essência da moralidade) é problema insolúvel para a razão humana e corre a par da questão: como é possível uma vontade livre? Portanto, o que temos de demonstrar a priori é não a razão da lei moral ser um motivo em si mesma, mas qual o efeito que, como tal, produz, para sermos mais corretos de produzir no espírito. O ponto essencial em toda determinação da vontade pela lei moral é que a vontade é determinada simplesmente pela lei moral, não apenas sem apoio de impulsos sensíveis como até para a rejeição destes e de todas as inclinações contrárias à lei (Benda, s/d, pp. 107-108).

conhecimento. "O princípio de autonomia em questão é o único princípio de moral" (BENDA, s/d, p. 100).

O homem que tem liberdade de seus atos age com boa vontade, ele não tem medo do futuro, pois é uma pessoa que sabe compreender tudo que o cerca.

A liberdade e a boa vontade não têm como serem ensinadas, não são adquiridas nas relações humanas, não são aprendidas na escola da vida; a liberdade e a boa vontade estão em nossa razão. É uma luta incessante que o ser humano tem que vencer e aprender a dominar a si, sempre agindo com a razão. Estar sempre fazendo um exame de consciência, uma avaliação de seus atos. Nunca podemos fugir e nem viver alienados a liberdade e a boa vontade.

A liberdade deve sempre ser usada, mas com boa vontade e com moral para não prejudicar o outro.

A liberdade, todavia, é a única, de todas as idéias da razão especulativa, de que sabemos aprioristicamente a possibilidade (sem, entretanto, compreendê-la) porque é condição da lei moral conhecida (BENDA, s/d, p. 104).

A lei fundamental da Razão Prática pura é: "Age de maneira que as máximas da tua vontade possam sempre, ao mesmo tempo, servir como princípios de legislação universal" (BENDA, s/d, p. 104).

O homem não se preocupa com seu semelhante, muitas vezes age com conformidade. Mas quando a moral irrompe na vida de alguém, este sempre age com boa vontade.

Quando falo em liberdade, quero expressar agirmos com razão, com conhecimento, dignidade e respeito ao outro e à lei universal. Nunca podemos misturar a liberdade moralmente com a liberdade mundana que está em concorrência desenfreada com a libertinagem. Há uma lei da conduta humana, da máxima importância, se obedecermos a esta lei, quase nunca teremos preocupações. Se seguirmos de fato tal lei, nos ensinará um número sem conta de desejos e constante felicidade. Mas assim que a violarmos, teremos logo de enfrentar uma série infinita de transtornos. A nossa consciência não pára de trabalhar e com isso, com essa violação, ela começa

Lei cosmopolítica, isto é, "aquela em que os homens ou Estados são considerados como exercendo influência uns sobre os outros em razão de serem partes constituintes do grande Estado, da raça humana". Se eu acrescentar que suas máximas expressam idéias como esta: "Numa guerra não deve ser permitido cometer atos bélicos tais que tornem impossível a confiança mútua quando vier a ocasião de fazer as pazes"; ou esta: "Já que uma violação de direitos de uma parte da terra é sentida em todas partes, a decretação de uma lei civil para o mundo se torna uma necessidade para Estados e povos"; ou então: "Não falta à verdade quem diz de povos, considerados como Estado, assim como de seus indivíduos que, se vivem num Estado de natureza e sem leis, basta a sua vizinhança para constituir uma ofensa e um perigo", penso que será bastante fácil verificar, por elas, como é dramaticamente oportuno este pequeno tratado (BENDA, s/d, p. 33).

Nós temos o desejo de autonomia que está ligada a vontade. Mas muitas vezes até que consigamos ter autonomia temos que enfrentar dificuldades. Mas são dificuldades que nos fazem crescer, criar coragem, determinação. Precisamos criar a autonomia, pois ela é capaz de mudar nosso destino e até mesmo o destino de toda a humanidade.

A vontade é uma fome insaciável de aspirações que estão enraizadas em todo nosso ser. Mas há muitos homens que ainda não conseguiram viver esta vontade, ainda não conseguiram libertar do mundo e muito menos viverem de acordo com sua razão. Ainda não conseguiram ter uma autonomia própria, ainda não tomaram consciência que uma boa vontade é o que rege a vida dos seres humanos.

Há muitos indivíduos que perdem a sua razão, a sua autonomia, a sua boa vontade, tratando o outro com bajulações, agindo assim, sem discernimento, ele está agindo contra a lei universal que todos os homens não devem ser tratados como coisa.

"O homem, de fato, não é santo, mas deve considerar como santa a humanidade de sua pessoa" (PASCAL, 1977 p. 121).

"O respeito está tão longe de ser um sentimento de prazer que só relutantemente lhe damos guarida quando se aplica a um homem" (PASCAL, 1977, p. 112).

Há pessoas que confundem elogio e bajulação, esquecendo que um é sincero e outro insincero. Um é universalmente admirado, a outra universalmente condenada pela lei moral. Devemos pensar nos pontos bons do outro, esquecendo estas bajulações falsas sem nenhum ponto de

É importante que o homem aprenda que quando se tem uma boa vontade, ele adquire confiança em si e no outro, sabe ajudar quando solicitado.

O universo em que vivemos, a correria do dia-a-dia, sem dúvida nenhuma, o ser humano encontra dificuldades na convivência com o outro. Hoje, o homem possui conhecimentos como ética, moral, bioética, biologia, ciências naturais, meio ambiente, letras, filosofia, história, medicina, arte, computadores, transgênicos, produtos naturais, clonagem e muitos outros. Tem facilidade em expor suas idéias, assumir lideranças e alguns têm o poder da retórica em despertar entusiasmo e muitos de convencer e manipular o outro em favor de si mesmo.

O ser humano tem uma facilidade tão grande de manipular o outro que se deixa ser manipulado e está esquecendo o seu potencial físico e mental e deixa de usá-lo, fazendo com que eles fiquem adormecidos.

O grande homem é aquele que tem razão e a usa em favor de si e do outro. É o homem que sabe desdobrar em favor do outro. Razão e alteridade são fundamentais na convivência humana.

Nos princípios da virtude, Kant, sem avançar tanto que aceitasse o preceito do positivismo: Vive para os outros, afirma que um homem inútil e supérfluo desonra a humanidade com sua pessoa. Considera como parte de nosso dever fazer o bem aos outros, mesmo apesar de sua verdadeira natureza, segundo ele, dificilmente nos incitar a amá-los (Benda, s/d, p. 32).

Quando tratamos com pessoas, devemos lembrar-nos que não estamos tratando com coisas, mas sim com sujeitos com sentimentos, com orgulho, com respeito, por isso, precisamos aprender a compreendê-las como elas são, quais objetivos que as levaram a agir de tal maneira, em determinadas ações. Quando temos uma boa vontade em aceitar as pessoas como elas são, então logicamente despertaremos simpatia, bondade, respeito e mais ainda, seremos livres e deixaremos o outro viver em liberdade.

A esperança de Kant não é o estabelecimento de um superestado que assegure a paz por meio do seu domínio sobre os outros, mas de uma associação de Estados na qual cada um preserve a sua individualidade e sua liberdade; a decretação do que ele chama de

Aliás, nada há de estranhável em que o dever não seja um conceito empírico. A experiência, de fato, não lhe poderia conferir a universalidade e a necessidade que fazem a sua grandeza e a sua força. A moral não pode ser extraída da experiência, pois seu objeto é o ideal e não o real, o que deve ser, e não o que é... (Pascal, 1977, p. 118).

O dever não é empírico, é uma ordem da razão, é um ideal que a nossa razão nos propõe. O ser humano tem sempre que definir seus objetivos, ser um sábio para recolher as lições benéficas de cada acontecimento.

Devemos nos conscientizar de que é muito mais fácil agir moralmente e com a verdade, pois isto nos engrandece perante o outro. Cabe a cada um de nós adquirir e armazenar tudo de bom, no qual aprendemos a tratar o outro com dignidade.

O ser humano precisa aprender a cultivar o hábito de ter vontade, é um caminho percorrido para distingui-lo de muitos homens que se perdem no emaranhado da vida que passam a agir sem vontade própria.

O indivíduo que age sempre com boa vontade está sempre em foco, é um homem agradável, que está sempre de bem consigo mesmo e com a vida, pois não se deixa coagir por ninguém, vive e age de acordo com sua razão.

O ser humano quando age com boa vontade não vê empecilho em sua vida, quando está obcecado por uma idéia, ele vai à luta e consegue vencer todos os obstáculos, a vontade de querer conseguir, obter determinado alvo, fazendo com a ajuda da vontade, ele vai vencendo todos os obstáculos. É importante que todo ser humano adquira esta vontade e se lembre sempre que é um cidadão, não só esquecendo que o outro também é um cidadão e digno de ser tratado com respeito.

A lei moral se estende além dos limites individuais do homem e exige que o homem se considere como cidadão de um reino de pessoas e, conseqüentemente, considerar a pessoa humana sempre como fim e nunca como meio (Benda, s/d, p. 30).

Aliás, é coisa normal que todo homem possa facilmente descobrir em si os princípios de uma boa conduta. Todavia, o filósofo não pode contentar-se com isso. Pois a inocência, por mais bela que seja, facilmente se deixa seduzir (PASCAL, 1977, p. 117).

É por isso que Kant (apud BENDA, s/d, p. 28) afirma que a lei moral só pode ser "formal" e não "material". Ele quer dizer que, em última instância, a nossa moralidade não depende das coisas que queremos, mas sim do princípio pelo qual as queremos. O objeto da vontade é moralmente "bom" quando eu o quero por um princípio bom, mas não é possível dizer o contrário, isto é, que um princípio seja bom quando prescreve um objeto bom. Nesse sentido, Kant diz que o princípio da moralidade não é o conteúdo mas a forma.

Quando tratamos de valores morais, o que importa é o que nós estamos sentindo quando estamos fazendo: Se nós estamos fazendo porque nos faz bem ou porque queremos mostrar para alguém. Pois muitas vezes culpamos os outros por aquilo que fizemos e que não era nossa intenção. A ordem é fazermos o que queremos. Por todas as formas possíveis e imaginárias. Desde que não causemos prejuízos a nós e as outras pessoas e ao meio ambiente. Podemos colocar aquele velho princípio que foi usado no passado: "Os fins justificam os meios". Este velho princípio nos diz que não temos o direito de usar qualquer meio ruim, prejudicial, lesivo para alcançar um fim bom. Não, os fins não justificam o uso de qualquer meio para obtê-los.

Podemos usar todos os meios universalmente benéficos para alcançarmos o nosso objetivo, no caso a verdade, a justiça, o respeito e até mesmo alegria de viver.

Quando se trata de valor moral, o que importa não são as ações exteriores que se vêem, mas os princípios internos da ação, que não se vêem. (...) A moralidade não se julga de fora, e é por isso que o conceito do dever não pode ser tirado da experiência. Nem sequer podemos lisonjear-nos de enxergar mais claro em nossas próprias ações do que nas de outrem (PASCAL, 1977, p. 117-118).

Todos os seres humanos nascem com a moral, ela não é adquirida dia-a-dia pela experiência. Longe de nós quisermos tirar moral do nosso meio que nos cerca, é um dispêndio de energia. Pois a moral já está no nosso inteligível, e o conceito de dever também não é empírico.

onde deveriam respeitar o que é do outro, pois se o ser humano não respeitasse as leis entrariam e entram em conflitos.

Isto significa que o homem para defender o que é seu, agride e até mesmo mata.

Então, esses homens entrando num consenso, resolveram delegar poderes a um só homem (monarca), assim eles seriam governados por ele e teriam deveres a cumprir e esses deveres se tornaram as leis. Podemos dizer que as leis foram criadas para que o homem respeitasse o outro. Pois todos os seres humanos sabem que o seu direito vai até onde o do outro começa.

... a simples conformidade com a lei em geral que constitui o princípio de uma boa vontade; e é nisso que consiste o formalismo kantiano. Mas este princípio, observa Kant, a razão comum sempre o tem diante dos olhos. Exemplificando: encontro-me em grave apuro e me pergunto se posso fazer uma promessa falsa, isto é, uma promessa que não pretendo cumprir. A prudência me aconselha a que não o faça, em vista das conseqüências desfavoráveis que uma promessa falsa pode me acarretar. Mas, se me abstenho por mera prudência, não se pode dizer que esteja agindo moralmente. Ser sincero por medo de alguma conseqüência desfavorável, e ser sincero por dever são duas coisas muito diferentes. Se falto às regras da prudência, pode acontecer que disso resulte um bem para mim; os cálculos prudenciais não são infalíveis. Se, ao contrário, ponho a questão em termos de conformidade ao dever, e não à prudência, descobrirei uma regra infalível; basta perguntar-me a mim mesmo: "Ficaria eu satisfeito se minha máxima (tirar-me de uma dificuldade por meio de uma promessa enganadora) devesse valer como lei universal (tanto para mim como para os outros)? (Pascal, 1977, p. 116)

Não é lícito sair de uma dificuldade com promessas mentirosas, pois se a lei fosse regida em cima de mentiras ninguém prestaria mais fé às promessas e, portanto, já não haveria vantagem alguma em mentir. A mentira nunca foi e nunca será a maior aspiração do ser humano. O ser humano tem que reagir contra a mentira, pois ela existe em toda sociedade. Mesmo que estejamos mergulhados em dificuldades, temos que ter certeza que a verdade sempre é o que nos faz dignos.

As pessoas, os ambientes, os fatores externos, os acontecimentos, podem ser um apoio para que nós faltemos com a verdade, mas esta verdade são realidades mentais e só nós temos livre acesso à nossa mente.

hospital, tomamos remédio, fazemos isto porque amamos a vida e não queremos perdê-la. O remédio, o hospital não nos dá prazer, fazemos isto por dever, mas agimos moralmente quando estamos querendo viver.

Para empregar os termos de Kant, a máxima da ação, o princípio do querer, não é o objeto que desejo atingir que é o valor moral do meu ato, mas a razão pela qual eu quero atingir. O mercador honesto é moral se é honesto por dever; carece de valor moral se é honesto por interesse. Por outras palavras, o valor moral do ato está na intenção, mas é preciso considerar a intenção prescindindo do fim visado, ou seja, unicamente como intenção de fazer o que se deve fazer. Podemos definir dever: O dever é a necessidade de cumprir uma ação por respeito à lei. Kant comenta assim esta definição:

Para o objeto concebido como efeito da ação que me proponho, posso, sem dúvida, sentir inclinação, nunca, porém, respeito, precisamente porque ele é simplesmente efeito, e não a atividade de uma vontade. Do mesmo modo, não posso ter respeito a uma inclinação em geral, seja ela minha ou de outrem; quando muito, posso aprová-la no primeiro caso, no segundo caso talvez até amá-la, isto é, considerá-la como favorável ao meu interesse. Só o que está ligado à minha vontade unicamente como princípio, e nunca como efeito, o que não serve a minha inclinação, mas a domina, e ao menos a exclui totalmente da avaliação no ato do decidir, por conseguinte a simples lei por si mesma é que pode ser objeto de respeito é, portanto, ordem para mim. Ora, se uma ação cumprida por dever elimina completamente a influência da inclinação e, com ela, todo objeto da vontade, nada resta capaz de determinar a mesma vontade, a não ser objetivamente um puro respeito a esta lei prática, portanto, a máxima de obedecer a essa lei, embora com dano de todas as minhas inclinações (Pascal, 1977, p. 115).

O homem age pelo dever e esse dever representa a lei, e a lei pode ser representada somente no homem, pois somente ele é um ser racional, e por isso, ele sabe determinar se está agindo pelo dever ou pela boa vontade. Quando ele determina se é o dever ou a vontade, ele então começa a saber o que é a lei.

Toda lei tem um conteúdo a ser respeitado e um objeto a ser alcançado. Como nos primeiros tempos da civilização o homem era um ser natural, vivia sem a lei, sem o dever, vivia somente pela moral, mas a partir do momento em que um falou "isto é meu", então começaram com as leis,

Para que se possa ter um verdadeiro valor moral não basta o homem agir por dever. O homem, para agir moralmente, deve fazer tudo pela vontade, fazer o que o faz sentir bem, não o que o faz obrigado simplesmente para agradar aos outros. E na atualidade, o homem, na maioria das vezes, não está agindo moralmente, está agindo pelo dever. O homem atual desde o amanhecer já é um escravo do relógio. Quantas vezes quer ficar em casa, mas o dever o chama. Chega ao trabalho ou em outra repartição, às vezes trata o outro com falta de respeito, quando trata bem é por dever, pois muitas vezes o seu desejo é de falar vários palavrões.

Assim devem, sem dúvida, ser compreendidos também os passos da Escritura, onde se ordena amar o próximo e até os inimigos. Com efeito, o amor, como inclinação, não pode ser comandado, mas praticar o bem por dever, quando nenhuma inclinação a isso nos incita, ou quando uma aversão natural e invencível se opõe, eis um amor prático e não patológico, que reside na vontade, e não na tendência da sensibilidade, nos princípios da ação e não uma compaixão emoliente. Ora, é este o único amor que pode ser comandado (PASCAL, 1977, p. 113).

Podemos observar que a moralidade reside na pureza. Para que nós possamos agir com esta moralidade pura, nós devemos nos esforçar para que ela seja verdadeira. Para que nós possamos tratar o outro com respeito, mas que seja sincero, sem falsidade, sem que ninguém prejudique o outro. Pois devemos amar sem restrições, e sim porque nos engrandece, estimula a fazer o bem pelo prazer e não pelo dever. E este prazer vem no nosso cotidiano através da boa vontade que nos ensina a ser verdadeiros seres humanos que somos.

Uma ação cumprida por dever tira seu valor moral, não do fim que por ela deve ser alcançado, mas da máxima que o determina. Este valor não depende, portanto, da realidade do objeto da ação, mas unicamente do princípio do querer, segundo o qual a ação é produzida, sem tomar em conta nenhum dos objetos da faculdade apetitiva (de desejar) (Ibidem, p. 114).

Quando temos amor à vida, damos prova de uma boa vontade, pois agimos sem restrições, simplesmente porque amamos a vida e ela nos dá prazer. Podemos ressaltar que quando estamos doentes, nós vamos ao

“Não é possível conceber coisa alguma no mundo, ou mesmo fora do mundo, que sem restrição possa ser considerada boa, a não ser uma só: uma boa vontade” (BENDA, s/d, p. 111).

Desde que o homem adquiriu o seu conhecimento e para que ele se torne perfeito, ele deve agir com boa vontade, pois tudo o que é feito com vontade, dá prazer e é bem feito, então, podemos considerar a vontade como um ato para atingir a perfeição.

A vontade é de suma importância para se adquirir o conhecimento, pois a vontade está ligada ao desejo de querer e quando nós queremos, nós podemos conquistar nossos alvos. Precisamos também ter vontade de mudar nossa maneira de ser e de agir com os outros. Quando queremos mudar nossas atitudes, a vontade de mudar vem em primeiro lugar.

Mas o que, afinal, torna uma vontade boa? Não, certamente, os seus êxitos, nem a aptidão para levar a bom termo os seus propósitos: é a própria natureza do querer. Aqui é preciso levar a idéia às suas últimas conseqüências. Mesmo quando, por singular adversidade do destino ou por avara dotação de uma natureza madrastra, essa vontade fosse completamente desprovida do poder de levar a bom termo seus propósitos: admitindo até que seus esforços mais tenazes permanecessem estéreis; na hipótese mesmo de que nada mais restasse do que a só boa vontade (entendendo por esta não um mero desejo, mas o apelo a todos os meios que estão ao nosso alcance), ela nem por isso deixaria de refulgir como pedra preciosa dotada de brilho próprio, como alguma coisa que em si possui valor (PASCAL, 1977, p. 112).

A boa vontade está ligada ao dever, mas nem sempre agimos com esse dever, agimos conforme a nossa necessidade.

Por exemplo, o comerciante que atende lealmente aos fregueses, age em conformidade com o dever, mas não por dever, se não tem em vista senão o seu interesse bem compreendido. Do mesmo modo, a pessoa que leva uma vida feliz e se esforça em conservar a vida, age conformemente ao dever, pois a conservação da vida é um dever, mas não age por dever. Ao invés, quem se esforça por conservar uma vida a que já não tem amor, este sim age por dever. Ser benfazejo por prazer é, igualmente, agir conformemente ao dever, mas não por dever. Por outro lado, quem pratica a beneficência, mesmo sem sentir-se inclinado a isso, possui um valor moral maior do que aquele que é benevolente por temperamento; e isto, no sentir de todos. Este valor maior lhe vem precisamente do fato de que ele faz o bem, não por inclinação, mas por dever (PASCAL, 1977, p. 113).

II PARTE – A BOA VONTADE

Cada coisa da natureza opera segundo leis. O ser humano como um ser pensante tem a capacidade de agir e representar as leis, pois ele age sempre como uma vontade. Lembrando sempre que o homem para representar as ações das leis ele precisa estar de acordo com a razão.

Vontade é a faculdade de realizar o que se julga conveniente, mas a Boa Vontade não é boa por aquilo que realiza, mas tão somente pelo querer, isto é, por si mesma. Deve ser avaliada em grau muito mais alto do que aquilo que através dela se possa alcançar. Assim, a utilidade ou inutilidade nada podem acrescentar ou retirar do valor absoluto da Boa Vontade.

O poder da vontade é enorme, o ser humano sempre cumpre o que quer de verdade. A vontade é eficaz. Todo o ideal de uma vida e toda a formação de um caráter dependem de uma Boa Vontade. Sem ela não é possível vencer, e a finalidade da razão (enquanto faculdade que deve exercer influência sobre a vontade) é a de produzir uma vontade, não apenas boa enquanto meio para outra intenção, mas uma vontade boa em si mesma, através da representação da lei.

Boa Vontade, segundo Kant (apud BENDA, s/d, 27), é a única característica que é boa, sem limitação. Há várias características como talentos, qualidades ou dons de caráter positivo, mas contudo sem uma boa vontade que os guie, podem se tornar perdidos. Não há dúvidas que algumas destas características podem facilitar obras da Boa Vontade, mas que se possa facilitar ambas têm que ser consideradas de caráter positivo para que não prejudique o outro.

O ser humano, quando age com boa vontade, está agindo de acordo com sua razão não aceitando imposições, ele tem a liberdade porque esta pertence à razão.

A obediência à lei moral não tem como ser determinada se não for segundo a nossa vontade.

"Podes porque deves. (Du Kannst, denn du sollst). Isto é o mesmo que dizer: a razão exige nossa obediência a lei moral" (BENDA, s/d, p. 28).

O valor do homem não reside apenas na luz de sua inteligência, mas antes, e acima de tudo, no sentimento, na intimidade e na profundidade da alma, e abraça uma idéia que jamais abandonará e que lhe servirá de base para os seus ensinamentos: a idéia de dignidade do homem por ser dotado de personalidade da dignidade da pessoa humana. Ele próprio manifestou o quanto devia à sua leitura de Rousseau: "Eu era", diz, "por natureza curioso e ávido de saber"; a isto atribuía a honra do homem e zombava da multidão ignorante. Rousseau me pôs no caminho direito. Ensinou-me a desprezar um privilégio insignificante e a atribuir ao valor moral a verdadeira dignidade de nossa espécie. Rousseau foi, em certo sentido, o Newton da ordem moral; descobriu no seio da ética aquilo que promove a unidade da natureza humana, da mesma maneira que Newton encontrou o princípio que liga entre si todas as leis de natureza física (BENDA, s/d, p. 23-24).

Segundo Kant (apud BENDA, s/d, p. 24), agir moralmente é respeitar e valorizar o outro, pois todo homem quer sua autonomia e quer ser tratado com dignidade, quer ser tratado como pessoa que é e não como coisa, como um objeto sem valor.

E na contemporaneidade que estamos vivendo temos muito que aprender com a moral kantiana. Temos que fazer com o outro o que queremos que nos façam; é o mesmo que dizer: se plantamos milho, não temos como colher arroz. Como seres inteligentes, temos que tratar o outro bem e lembrando sempre quanto mais o homem é culto, mais ele deve tratar o outro com respeito.

Na ética kantiana, foram formulados dois mandamentos essenciais que Kant denominou como "máxima".

Primeiro mandamento: Age sempre como se a máxima da tua ação devesse ser erigida pela tua vontade numa lei universal. Comportate para com teu próximo, como se te supusesses no lugar dele, e ele no teu, sendo todas as coisas iguais; o motivo que te levou a agir continuará parecendo tão bom como o achaste quando da tua primitiva ação; teu ato só será moral se puder ser medido por este critério.

O segundo mandamento: Age de maneira a sempre tratar a humanidade, na tua própria pessoa, como na de outrem (PASCAL, 1977, p. 27-28).

O homem também é influenciado em suas relações com a imoralidade que é quando ele é inobediente às normas que são determinadas por um grupo de pessoas.

Para se unirem numa justa reciprocidade de direitos e obrigações, os homens só têm que obedecer às exigências de sua própria razão.

Há vários sentimentos que são natos e inatos na vida cotidiana do ser humano, mas o único sentimento que tem por si mesmo o valor moral nessa ética racionalista é o sentimento do respeito, pois é a própria lei moral. O respeito nos engrandece, ensina-nos a viver com dignidade em relação ao outro, realiza-nos como ser racional que obedece à lei moral.

O homem, ser racional, é responsável por todos os atos que pratica, tem sua razão como juiz.

O homem é um ser que é dotado de conhecimento, precisa conseguir toda a perfeição que é capaz, pois é o único entre todos os seres vivos que é dotado de inteligência. E por ser racional, se difere de todos os seres da natureza. O homem tem que ser perfeccionista, tudo o que ele fizer tem que ser o melhor, pois é dotado de uma extrema inteligência. E esta inteligência deve atingir o conhecimento. A inteligência o ajuda a chegar ao conhecimento científico, deixando para trás o conhecimento vulgar que é cheio de misticismo, de crenças, lendas e dizeres populares, para isto o homem deve passar pelo conhecimento filosófico, como é um ser inteligente, é um ser indagador, exige respostas para as suas perguntas.

Sabemos que o homem tem feito grandes progressos no campo das ciências. Novas invenções nos surpreendem a cada momento. E mais ainda nos surpreenderão as proezas científicas em perspectiva.

Mas o homem com intuito de se tornar perfeito, deixa a desejar no seu convívio com o outro. O homem tem sofrido terrível retrocesso no que diz respeito à idoneidade moral, senso de amor ao próximo.

A lei moral exige o respeito pela pessoa humana. Kant postula que o homem é um ser pensante, é um fim em si mesmo, e não um simples meio, ou seja, um instrumento ao serviço dos nossos interesses ou necessidades.

"Emanuel Kant, no dizer de Alain, é aquele professor de geologia que um belo dia quis saber o que é um homem honesto no parecer do sapateiro remendão" (Pascal, 1977, p. 137).

Muitas vezes nos perdemos em conceitos. Precisamos aprender o que é moral para que nossa razão manifeste-se com toda a sua pujança.

O ser humano a todo momento está vivenciando conceitos para sintetizar sua vida. Conceitos estes que muitas vezes são colocados no "quebra-cabeça" da vida e que na maioria das vezes são confundidos ou interpretados de maneira errônea. O homem no emaranhado da vida tumultua conceitos como: ética, moral, amoral, imoral e muitas vezes ele se sente confuso, alheio à vida, sem saber se ele próprio está vivendo dignamente sua moralidade.

Devemos conceituar dentro de nossa razão, concepções estas que vão perpetuar e ser vivenciadas por toda a nossa existência e estar presentes em todos os nossos dias, em todos os momentos, em todas as horas, em todos os minutos e segundos. Quando aprendemos a diferenciar estes conceitos, com certeza estaremos agindo segundo nossa razão e nos aperfeiçoamos para viver uma verdadeira alteridade.

Quando agimos com "ética", nós estamos sendo o que somos. Estamos vivenciando a liberdade de sermos nós mesmos, em que vivemos de acordo com nossos princípios. Onde agimos não só pensando em si mas no todo, numa coletividade. Agindo com ética, temos uma idéia universal, sendo que ela não diz o que é bom individualmente.

Enquanto que a moral nós representamos, ou seja, somos como um espelho – refletimos o que a sociedade quer que sejamos, onde recebemos ordens e cumprimos regras que são impostas por um determinado grupo. Regras estas que não são discutidas, que muitas vezes não têm nenhuma fundamentação, mas são impostas e devem ser cumpridas.

"Moral" surgiu quando o homem deixou de ser um sujeito natural e passou a ser um membro de uma coletividade.

Nesse meio em que o homem vive em sociedade, onde a ética surge com a moral, o homem também convive com a palavra "amoral" quando ele vai contra aquilo que as pessoas pregam; mesmo sabendo o que é correto ele faz tudo ao contrário, mesmo se auto-prejudicando, ele age consciente, com consciência de seus atos. É responsável pelo que faz.

I PARTE – O HOMEM E A MORAL

Durante a sua vida, o homem sofre influência dos agentes externos de natureza física e social. Agentes estes que atuam sobre o seu organismo e sua razão, estimulando suas capacidades e aptidões e promovendo o seu desenvolvimento físico e intelectual. Das influências que são recebidas do mundo exterior, a mais significativa é de natureza social.

O homem é um ser social, mas porém, não se reduz a um simples produto da sociedade. Não é a sociabilidade que o torna um ser perfeito e sim a sua consciência que é o seu guia, o que o impulsiona a agir moralmente, fazendo o bem ou o mal de acordo com a razão.

Segundo Kant (apud PASCAL, 1977, p. 100) existe uma lei moral objetiva, que nós a conhecemos pela nossa razão e não adquirida a priori, que Kant entende "independente da experiência". E nós, seres pensantes, não podemos ceder, de maneira alguma, a costumes ou a experiências que estão impregnadas em nós.

Kant prestou um grande favor ao espírito humano separando a idéia de razão do empirismo.

Fomos conduzidos a distinguir no homem um caráter empírico, pelo qual ele se encontra preso no mundo dos fenômenos, e um caráter inteligível, pelo qual escapa a esse mundo. Vimos, enfim, que a noção do dever prende-se a esse caráter inteligível do sujeito, vale dizer, a sua liberdade (PASCAL, 1977, p. 110).

O ser humano adquire experiência ao longo de sua vida. Experiências estas que estão no mundo inteligível e que devem ser transportadas para o mundo sensível. Mas muitas vezes o dever prende-se ao mundo inteligível e neste momento o homem deixa de ser livre e fica preso ao inteligível, onde o seu desejo é bloqueado. Quando isto acontece o homem não tem vontade própria, passa a ser um sujeito bitolado, preso e sem vontade. Fica simplesmente um imitador agindo muitas vezes pela obrigação, pelo dever. Passa a ser alguém sem autonomia, deixando assim de viver moralmente de acordo com a sua razão.

INTRODUÇÃO

Desde que o homem adquiriu o seu conhecimento e para que ele se torne perfeito, ele deve agir com boa vontade, pois tudo que é feito com vontade, dá prazer e é bem feito, então podemos considerar a vontade como um ato à atingir a perfeição.

A vontade é de suma importância para se adquirir o conhecimento, pois a vontade está ligada ao desejo de querer e quando nós queremos, nós podemos conquistar nossos alvos. Precisamos também ter vontade de mudar nossa maneira de ser e de agir com os outros.

SUMÁRIO

Biografia.....	9
Obras.....	10
Introdução.....	11
I Parte – O homem e a moral.....	12
II Parte – A Boa Vontade.....	16
III Parte – Dever.....	29
Conclusão.....	35
Referências Bibliográficas.....	37

OBRAS

- História Universal da Natureza (1755).
- Monadologia Física (1756).
- Sonhos de quem vê espíritos (1761).
- A única base da existência de Deus (1763).
- Observações sobre o sentimento do belo e do sublime (1764).
- Dissertações sobre os princípios do mundo sensível e inteligível (Dissertação do concurso) (1770).
- Crítica da Razão Pura (1781).
- Prolegômenos a uma metafísica futura (1783).
- Idéia de uma história universal em um plano cosmopolítico (1784).
- Princípios fundamentais da metafísica da moral (1785).
- Conjeturas sobre os começos da história da raça humana (1786).
- Crítica da Razão Prática (1788).
- Crítica do julgamento (1790).
- A religião dentro dos limites da mera razão (1793).
- Paz perpétua (1795).
- Metafísica da moral (1796-1797).
- Filosofia da lei (1796).
- Princípios da virtude (1797).
- Antropologia (1799).

BIOGRAFIA

Emanuel Kant nasceu em Königsberg (Prússia) a 22 de abril de 1724. Pai de descendência escocesa. Kant foi criado pelo pietismo dos pais (realçava o valor da exaltação do espírito, confiança nas boas intenções) que constituía uma reação contra o protestantismo dogmático. A mãe Anna Reuter. Enquanto era estudante da Universidade de Königsberg mostrou nítida preferência pelos estudos de latim.

Desde os vinte e dois anos e durante mais de dez, Kant trabalhou como tutor em casas de famílias nobres da Prússia Oriental.

Em 1755 em Königsberg foi nomeado Privat Dozent; depois em 1770, professor de filosofia, em 1780 membro do Senado acadêmico, em 1786, reitor da Universidade.

É prova de extrema regularidade dos seus hábitos de vida o fato de, segundo uma anedota amplamente divulgada seus vizinhos se alarmaram, um dia em que ele acabara de receber um exemplar do "Emile" de Rousseau, de o não verem dar o seu passeio cotidiano.

Kant morreu em Königsberg a 12 de fevereiro de 1804, depois de um período de estéril senilidade e longa moléstia.

CARACTERÍSTICAS NECESSÁRIAS AO VERDADEIRO FILÓSOFO

- Ter conhecimento que lhe possibilita obter uma visão real dos fatos, requisito para julgar, organizar e estabelecer leis para a polis;
- Deve amar o que faz e por amar não é negligente e está preocupado em fazer bem suas atividades, estão atentos;
- O filósofo prega a verdade;
- Ter moderação e não ser ambicioso;
- Não temer a morte, pois só um mesquinho assim o faz. Porque um espírito superior compreende a importância da vida e entende o sentido de se viver;
- A alma filosófica desde cedo é justa, sensata, insociável e selvagem;
- Ter boa memória, facilidade para aprender, ser amável, amigo e coadunar com a verdade, com a justiça. Ter coragem, generosidade e temperança;
- Tanto o filósofo quanto o criminoso são almas muito inteligentes;
- Deve-se estar inteiramente à disposição para a filosofia e não ter outra ocupação e quando estiverem em idade avançada (distante da política e da guerra) devem gozar de plena liberdade e não ter nenhum ofício a não ser como passatempo;
- É preciso saber o que é justo e belo, visível e inteligível;
- Cuidar do corpo, adquirir virilidade, características importantes para estar bem: "corpo são, mente sã".

MESTRES

Alessandro Rodrigues Pimenta	Mestre em Filosofia
Edson Pereira da Silva	Doutorando em Ciências da Educação
Geruza Silva de Oliveira	Mestre em Ciências Sociais
Helena de Fátima Araújo	Mestranda em Adm. e Planificação da Educação
Jane Pereira Camargo	Especialista em Docência Universitária
Joaquim José Neto	Mestre em Teologia e Educação
José Geraldo Trindade	Especialista em Docência Universitária
José João Neves Barbosa Vicente	Mestre em Ética e Filosofia Política
Lilian Maria Pamplona Borba	Especialista em Docência Universitária
Lorenzo Lago	Mestre em Ciências Bíblicas
Marcus Everson Ribeiro	Especialista em Gestão Cooperativista
Mirna Beatriz Ferreira	Especialista em Docência Universitária
Paulo Henrique Castanheiras Vasconcelos	Mestre em História
Rangel Rigo	Especialista em Ciências da Computação
Rogério Vieira Jacinto	Especialista em Docência do Ensino Superior
Rosângela Parreira Lopes de Amorim	Especialista em Psicopedagogia, Docência Universitária e Arte Terápica
Sandro Henrique Ribeiro	Especialista em Docência Universitária
Sérgio Moura Estevam	Mestre em História

MENSAGEM

“Age de maneira a sempre tratar a humanidade a tua própria pessoa, como na de outrem, como fim, nunca como meio.”

Kant

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus a oportunidade de concluir este curso.

Ao meu orientador, que me apresentou o filósofo Kant e que despertou meu interesse em sua filosofia.

Aos meus pais José Rosa da Silva e Delfina Rodrigues da Silva, que sempre me apoiaram.

Aos meus dois irmãos e respectivas esposas Carlos Rodrigues da Silva e Maria Helena, Adilson Rodrigues da Silva e Mozailda pelo estímulo.

Aos meus quatro sobrinhos, que às vezes ajudavam-me na confecção de trabalhos acadêmicos e que na maioria das vezes atrapalhavam-me: Bruna, Carlos Filho, Maria Tereza e Anderson.

DEDICATÓRIA

Ao Dr. Fernando Alves Mundim que honra
seu juramento à Medicina. Pelo seu apoio.

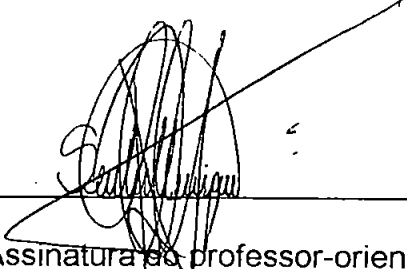
FOLHA DE AVALIAÇÃO

Valéria Rodrigues da Silva

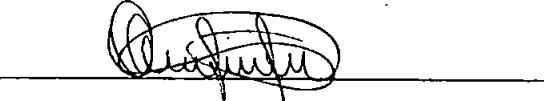
A BOA VONTADE NA MORAL KANTIANA

Data da apresentação: 09/05/2005

Aprovada em: 24/06/2005



Assinatura do professor-orientador



Assinatura da acadêmica

Rubiataba, 2005

FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

Ata de apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso.

Data: 09 de maio de 2005 Hora: 21:40

Local: Sala do 7º período de Filosofia

Acadêmico (a): Valéria Rodrigues da Silva

Tema: A Boa Verdade na Moral
Kantiana

Componentes da Banca:

Orientador: Sandro Henrique Ribeiro


José Geraldo Trindade

Helhamar do Moraes Pessoa

Joaquim José Neto - Neto

Nota: 10,0

Rubiataba, 09 de maio de 2005


Pe. Joaquim José Neto
Coordenador do Curso

Valéria Rodrigues da Silva



A BOA VONTADE NA MORAL KANTIANA

Dissertação Filosófica apresentada à Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof. Sandro Henrique Ribeiro.

Davi - 30792

Tombo nº	105.28
Classif.:
Ex.:	1
.....
.....
Origem:	d
Data:	09.09.05

Centro de Ensino Superior de Rubiataba – CESUR
Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FÁCER



A BOA VONTADE NA MORAL KANTIANA

Valéria Rodrigues da Silva